

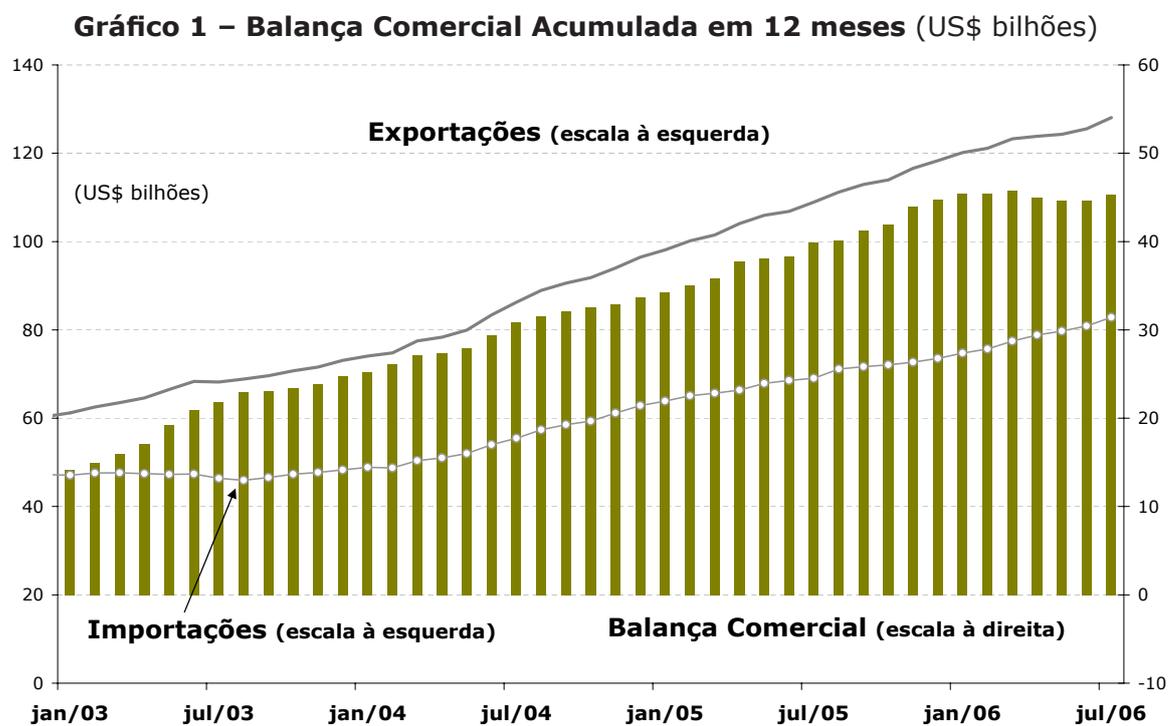
II - POLÍTICAS SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO



**Comércio Exterior
Política Industrial
Ciência e Tecnologia
Trabalho e Emprego
Agronegócio
Agricultura Familiar
Reforma Agrária
Desenvolvimento Regional
Meio Ambiente
Turismo
Aqüicultura e Pesca**

COMÉRCIO EXTERIOR

Entre janeiro de 2003 e junho de 2006, o saldo da balança comercial acumulado em doze meses passou de um superávit de US\$ 14,1 bilhões para US\$ 44,6 bilhões, contribuindo para a redução da vulnerabilidade externa. Esse resultado decorre da duplicação do valor das exportações, que atingiu US\$ 125,5 bilhões no período compreendido entre julho de 2005 e junho de 2006. Enquanto isso, as importações cresceram 48,8%, alcançando o valor de US\$ 80,9 bilhões (Gráfico 1). Com esses resultados, a corrente de comércio cresceu 90,6% desde janeiro de 2003, chegando a US\$ 206,4 bilhões em junho de 2006, em valores acumulados de doze meses.



Fonte: Banco Central do Brasil e Secex.

A expansão das exportações brasileiras esteve acima do crescimento das exportações mundiais, no período de 2003 a 2005, o que fez o País conquistar maior espaço no mercado mundial. As exportações do Brasil, como proporção das exportações mundiais, cresceram de 0,99%, em 2003, para 1,07%, em 2005.

Entre janeiro de 2003 e junho de 2006, a participação dos dois principais destinos (União Européia e EUA) das nossas exportações caiu de 50,3% para 40,2% do total de bens enviados para o exterior. Por outro lado, houve aumento da participação dos nossos embarques de bens para “outros” destinos, que passaram de 31,6% para 35,8%, com destaque para Rússia, Canadá, Coreia do Sul e Bahamas, entre outros. Cabe ressaltar, ainda, o aumento relativo das nossas exportações para países da América Latina, tais como Argentina, Chile, Venezuela e Colômbia, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Exportações por Principais Mercados

Discriminação	2003 ²		2006 ³	
	US\$ bilhões	% do total	US\$ bilhões	% do total
Exportações totais	61,2	100,0	125,5	100,0
União Européia	15,4	25,1	27,2	21,7
EUA	15,4	25,2	23,2	18,5
Argentina	2,4	4,0	10,7	8,5
China	2,6	4,3	7,8	6,2
México	2,4	3,9	4,3	3,4
Chile	1,5	2,5	3,8	3,1
Japão	2,1	3,5	3,6	2,9
Outros	19,3	31,6	44,9	35,8
Rússia	1,4	2,2	2,9	2,3
Venezuela	0,8	1,3	2,7	2,2
Canadá	0,8	1,3	2,2	1,8
Coréia do Sul	0,9	1,4	2,0	1,6
Bahamas	0,1	0,2	2,0	1,6
Colômbia	0,6	1,1	1,6	1,3
África do Sul	0,5	0,8	1,4	1,1
Arábia Saudita	0,6	0,9	1,4	1,1
Egito	0,4	0,6	1,1	0,9
Angola	0,2	0,3	0,7	0,6

Fonte: Secex.

Ao analisar o crescimento das exportações brasileiras por agregados de produtos, de janeiro de 2003 a junho de 2006, observa-se que as exportações de produtos básicos passaram de US\$ 17,3 bilhões para US\$ 36,9 bilhões, acumuladas em doze meses, o que corresponde a um acréscimo de 113,3%. Com relação aos produtos semimanufaturados, as exportações passaram de US\$ 9,3 bilhões para US\$ 16,5 bilhões, o que representa um aumento de 77,4%. No que se refere às exportações de manufaturados, verifica-se um crescimento de US\$ 33,5 bilhões para US\$ 69,2 bilhões, ou seja, 106,6%.

1. Inclui Porto Rico.

2. Acumulado em 12 meses até janeiro.

3. Acumulado em 12 meses até junho.

Em 2007, projeta-se que um crescimento mais forte da economia brasileira tende a incrementar as importações de bens de capital e intermediários.

Para a consolidação e ampliação dos resultados positivos das exportações brasileiras, foram implementadas importantes iniciativas voltadas para a promoção do comércio exterior, com destaque para as medidas destinadas a ampliar o crédito à exportação; desburocratizar os procedimentos para o comércio exterior; fortalecer os mecanismos de inteligência comercial para identificação de oportunidades; e prover adequada defesa dos interesses brasileiros nos fóruns e organismos internacionais de comércio.

O apoio creditício foi fortalecido por intermédio do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), nas modalidades de financiamento e equalização, destacando-se a unificação dos Comitês de Crédito e Seguro de Crédito à Exportação. No caso do seguro de crédito às exportações para os países da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), foi implantada uma sistemática que permitiu reduzir substancialmente os prêmios de seguro, com a utilização do Convênio de Crédito Recíproco (CCR).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também vem ampliando sistematicamente sua atuação no suporte às exportações, com ênfase em produtos de maior valor agregado e tecnologicamente mais sofisticados. Os desembolsos do Banco para apoio à exportação passaram de US\$ 4,0 bilhões, em 2003, para US\$ 5,9 bilhões, em 2005.

No que se refere à promoção comercial, destaca-se a criação da Unidade de Inteligência Comercial (IC) da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), que tem como objetivo dotar a Agência e seus parceiros de ferramentas capazes de gerar informações estratégicas para suas atividades: missões comerciais, feiras, projetos e eventos promocionais.

Além disso, o Sistema Brasileiro de Defesa Comercial foi fortalecido, o que contribui para reduzir progressivamente o prazo de encerramento de investigações e incrementar o apoio aos exportadores brasileiros para atuar nos procedimentos de defesa comercial.

POLÍTICA INDUSTRIAL

Um traço marcante da estratégia de desenvolvimento do País foi o lançamento, em 2004, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Essa política foi concebida para ampliar a eficiência e a competitividade das empresas brasileiras, com foco especial no estímulo à inovação tecnológica.

Além de ações de caráter horizontal, direcionadas para o aumento da competitividade de todo o setor produtivo, a PITCE tem prioridades e estratégias de atuação bem definidas para os setores de semicondutores, *softwares*, bens de capital, fármacos e medicamentos, além de atividades portadoras de futuro – biotecnologia, nanotecnologia e biomassa/energias renováveis.

Na área de informática, que também envolve o segmento de semicondutores, destaca-se a prorrogação dos incentivos fiscais para projetos no setor, por intermédio da Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004, com preservação das exigências de contrapartida de investimentos privados em atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Em relação à opção estratégica por softwares, seu fomento se dá principalmente por meio do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (PROSOFT) do BNDES, o qual financia investimentos e planos de negócios de empresas sediadas no Brasil, bem como a comercialização no mercado interno e as exportações desses bens e serviços.

No que se refere ao setor de bens de capital e ao estímulo aos investimentos produtivos, cumpre registrar o resultado obtido pela política de desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para máquinas e equipamentos, com a redução a zero das alíquotas do IPI para bens de capital a partir do Decreto nº 5.468, de 15 de junho de 2005. Foi também ampliado o regime de ex-tarifários para importação de bens de capital sem similar nacional, o que permitiu a redução substancial de alíquotas do imposto de importação e, portanto, dos custos dos investimentos.

Por fim, no que tange às opções estratégicas da PITCE, destaca-se o apoio do BNDES ao setor de fármacos e medicamentos por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (PROFARMA), o qual financia investimentos em território nacional, de empresas sediadas no Brasil, voltados para a reestruturação da indústria farmacêutica.

No tocante à política horizontal tributária, destacam-se a transformação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) em tributo não cumulativo, permitindo o ajuste competitivo da indústria; e a sanção da, Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, por intermédio da qual foi implementado um conjunto de incentivos fiscais de estímulo ao setor produtivo. Entre esses, destacam-se: isenção

do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e COFINS para a compra de máquinas e equipamentos por empresas exportadoras e para os fabricantes de computadores com valores de até R\$ 2,5 mil; duplicação dos valores mínimos de receitas anuais auferidas pelas microempresas e empresas de pequeno porte para ingresso no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), que passaram para R\$ 240,0 mil (microempresas) e R\$ 2.400,0 mil (pequenas); regime especial de tributação com abatimento em dobro das despesas com pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias; e redução da cobrança do Imposto de Renda (IR) sobre a valorização de imóvel residencial que for vendido para a compra de outro no período de seis meses.

Merece destaque, também, o fato de que o BNDES teve seu papel fortalecido na implementação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Além de um maior direcionamento do apoio do Banco para as prioridades dessa política, os desembolsos totais do Sistema BNDES têm evoluído substancialmente, passando de R\$ 33,5 bilhões, em 2003, para quase R\$ 47,0 bilhões, em 2005, devendo alcançar R\$ 52,0 bilhões, em 2006, e R\$ 65,0 bilhões em 2007.

No âmbito institucional, para articular a implementação da PITCE, foram criados, por meio da Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Além disso, foram modernizadas algumas estruturas institucionais já existentes, vinculadas à sua implementação, a exemplo da criação, em 2003, da APEX, em Serviço Social Autônomo denominado APEX-Brasil, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Adicionalmente, em relação ao Sistema Nacional de Inovação, o Governo iniciou um processo de reestruturação institucional, buscando conferir maior agilidade aos processos de concessão de marcas e patentes; disseminação da cultura da propriedade intelectual; promoção do uso da informação tecnológica das patentes; e aperfeiçoamento da comunicação com a sociedade.

No que se refere à cooperação institucional, procura-se consolidar os laços com as principais instituições do Sistema Nacional de Inovação – associações empresariais, federações, universidades e agências de desenvolvimento, destacando-se o trabalho de parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre outras entidades, na busca da promoção da efetiva participação das empresas brasileiras no desenho e na execução das ações de propriedade intelectual.

Para o desenvolvimento de competências nas áreas de propriedade intelectual, especialmente no tocante à cooperação tecnológica e comercialização de tecnologia, foram realizados trabalhos em parceria com as principais universidades federais, estaduais e privadas, em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's).

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Também foram empreendidas ações para fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista o grande potencial de contribuição para o aumento dos investimentos e a geração de emprego e renda, a redução dos desequilíbrios regionais e sociais, a inovação tecnológica e a ampliação do empreendedorismo e da capacidade exportadora do País.

Nesse sentido, merecem destaque as ações voltadas ao fortalecimento do apoio creditício, com o maior direcionamento dos bancos oficiais para esse segmento a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e a implantação do Cartão BNDES (crédito automático). Adicionalmente, foram implementadas medidas para facilitar o acesso de empresas de menor porte às compras de governo (como a disseminação do pregão eletrônico) e aperfeiçoamentos na área tributária.

No caso do Programa de Microcrédito Produtivo, foram aplicados, até o início de 2006, mais de R\$ 3,0 bilhões em empréstimos nas modalidades de crédito livre e crédito orientado, com destaque para o Programa CrediAmigo, gerido pelo Banco do Nordeste. Além disso, ao encontro do mencionado anteriormente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nos desembolsos totais do BNDES alcançou valores históricos, chegando a 24% em 2004.

Vale destacar, também, os projetos em fase de exame pelo Congresso Nacional que terão impacto importante no segmento. É o caso dos projetos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e da Pré-Empresa que visam à adoção de medidas estruturais, nas áreas fiscal, previdenciária, trabalhista, de compras governamentais, e permitirão reduzir substancialmente os obstáculos ao desenvolvimento desse segmento empresarial no País e fomentar a formalização de empreendimentos já existentes.

Cabe mencionar, ainda, o projeto de lei que trata de medidas para simplificação do processo de registro e legalização de empresas, enviado ao Congresso Nacional em 2006, que, apesar de ser direcionado para beneficiar todo o segmento empresarial e facilitar a concretização de novos investimentos na economia brasileira, deverá beneficiar especialmente as empresas de menor porte, que são as que enfrentam maiores dificuldades para atender aos procedimentos atuais para registro e legalização.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

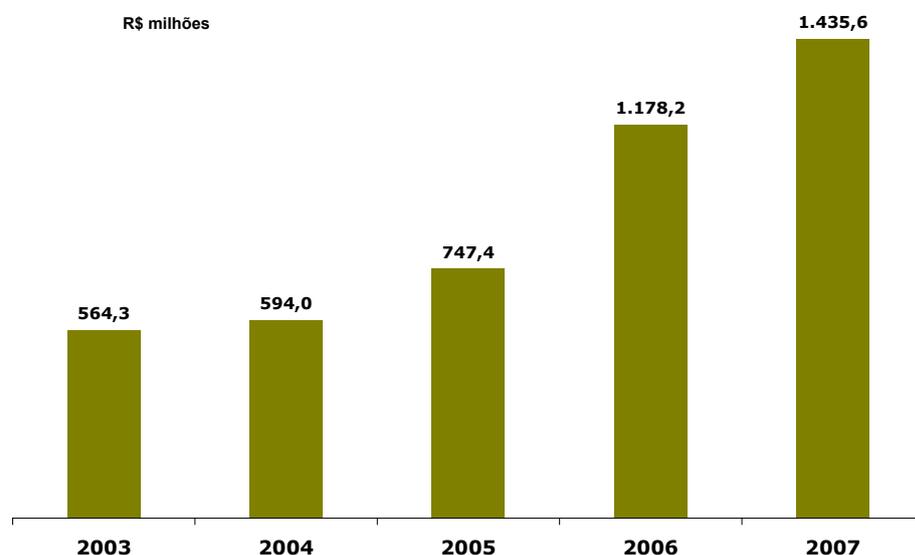
A estratégia de atuação do Governo, no setor de Ciência e Tecnologia, compreende essencialmente a expansão da base científica e tecnológica nacional, a criação de ambiente favorável à inovação tecnológica e a integração de todas as regiões do País ao esforço nacional de capacitação para ciência, tecnologia e inovação, buscando o maior envolvimento da sociedade na implementação da política na área e, em particular, associação dessas iniciativas aos objetivos da política industrial.

Entre os progressos relevantes obtidos no marco regulatório do setor, destacam-se a edição da Lei de Inovação, em 2004, que contribuiu para facilitar a transferência ao setor produtivo de conhecimento produzido nas universidades e nos centros de pesquisa. Por sua vez, a Lei nº 11.196, de 2005, amplia substancialmente os incentivos à inovação tecnológica, permitindo, ao longo dos próximos anos, o aumento da participação dos investimentos privados em Ciência e Tecnologia.

Em relação ao Programa de incentivo à inclusão digital, ressalte-se, ainda, a prorrogação, em 2004, dos incentivos de informática até 2019, com preservação dos mecanismos de contrapartida das empresas em gastos de Pesquisa e Desenvolvimento e incentivos proporcionalmente maiores para equipamentos de menor preço.

Foram reestruturados também os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, de forma a garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento para a área, envolvendo um novo modelo de gestão com foco em resultados, fundamentado na participação de vários segmentos sociais, no estabelecimento de estratégias de longo prazo e na definição de prioridades. A evolução crescente das aplicações desses fundos é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia



Fonte: Sidor

Em continuidade às iniciativas do Governo Federal para o Setor, vale salientar a correção, em 2004, dos valores das bolsas de estudos, sem reajuste há oito anos. Desde 2003, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, juntamente com outras instituições federais e estaduais, vem aumentando o número de bolsas nas áreas de mestrado e doutorado, o que incentiva a qualificação dos estudantes brasileiros e estimula a pesquisa e produção científica.

Somente em 2005, o Brasil formou mais de 9 mil doutores e aumentou em 2 mil o número de bolsas de estudo concedidas. No período 2003 a 2006, foram concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) cerca de 192 mil bolsas, com um crescimento de mais de 2,5 mil bolsas nesse período. A expectativa é a de concessão, em 2007, de cerca de 54,4 mil bolsas de estudo no País e no exterior com recursos da ordem de R\$ 624,0 milhões.

É importante ressaltar que a atividade de concessão de bolsas de estudo, no âmbito federal, conta, também, com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação, cuja atuação na formação de mestres e doutores contempla cerca de 250 instituições de todas as regiões do País e de 26 mil bolsistas de mestrado e doutorado em regime de dedicação integral aos estudos. Os bolsistas fazem estágio docente, na graduação e na rede pública de ensino médio, como forma de contra-prestação de serviço e base para o estabelecimento de cooperação entre as instituições de ensino superior e os demais níveis de ensino. É importante destacar, também, que o valor das bolsas, que estava congelado há nove anos, foi reajustado em 18%, em 2005, e em mais 10% em 2006. Para 2007, serão alocados R\$ 644,3 milhões no orçamento da CAPES com a meta de atender a 29,5 mil bolsistas.

Merece destaque, ainda, a estruturação da Rede E-Conhecimento, por intermédio da Rede Nacional de Pesquisa, voltada para a interconexão de informações de mais de 300 instituições de pesquisa distribuídas pelo País, o que proporcionará benefícios para cerca de um milhão de usuários.

Na área espacial, entre 2003 e 2005, o Governo ampliou substancialmente os investimentos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), coordenado pela Agência Espacial Brasileira. Desde 2003, o montante aplicado na área foi de R\$ 658,8 milhões, e, para 2007, prevê-se um gasto em torno de R\$ 220,5 milhões. As prioridades são o desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS) e a montagem e o lançamento dos satélites no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Observação de Recursos Terrestres (CBERS). Cabe destacar o vôo, em parceria com a Agência Espacial da Rússia, do primeiro astronauta brasileiro, que propiciou a realização de experimentos científicos em microgravidade na Estação Espacial Internacional, e grande visibilidade internacional ao Programa Espacial Brasileiro.

Da mesma forma, estão sendo estimuladas as aplicações no Programa Nacional de Atividades Nucleares, coordenado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Ressalte-se que houve um avanço nessa área, cujo orçamento passou de R\$ 277,6

milhões, em 2003, para R\$ 460,6 milhões, em 2006, e R\$ 518,1 milhões, em 2007. Suas atividades mais importantes são a Produção de Substâncias Radioativas para a Área Médica, a Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia e a Fabricação de Combustível Nuclear.

Buscando atingir a auto-suficiência na produção do elemento combustível, está sendo construída em Resende, no Rio de Janeiro, a fábrica de enriquecimento de urânio, no âmbito das Indústrias Nucleares do Brasil. A tecnologia empregada no processo é uma das mais modernas do mundo e garante ao Brasil grande vantagem competitiva nessa área, haja vista que processos utilizados por países como Estados Unidos e França, que atendem a 55% do mercado mundial de urânio enriquecido (estimado em US\$ 20 bilhões), utilizam a tecnologia de difusão gasosa que consome vinte e cinco vezes mais energia do que a criada no Brasil.

Na busca por novos combustíveis alternativos, o Brasil vem desenvolvendo pesquisas sobre o biodiesel há quase meio século por ser um combustível renovável, capaz de substituir os derivados de petróleo, trazer vantagens ambientais e econômicas. O País apresenta um potencial singular para a produção de biodiesel, haja vista a grande diversidade de matéria-prima existente, como a soja, a mamona, o dendê, entre outras oleaginosas, aliado à grande extensão territorial. Nesse sentido, aspectos técnicos devem ser levados em consideração por meio da realização de pesquisas e testes para a validação do uso de quaisquer de suas misturas, que, aliados à garantia da sua qualidade, serão a chave para o sucesso de qualquer programa com o uso do biodiesel.

O Ministério da Ciência e Tecnologia vem consolidando um sistema gerencial de articulação dos diversos atores envolvidos na pesquisa, no desenvolvimento e na produção de biodiesel, permitindo assim a convergência de esforços e otimização de investimentos públicos. Um dos principais objetivos é identificar e eliminar gargalos tecnológicos por meio de constante pesquisa e desenvolvimento tecnológico realizados no âmbito de parcerias entre instituições de Pesquisa e Desenvolvimento e o setor produtivo.

Para suprir as carências do País no setor de microeletrônica, está prevista, para 2007, a conclusão do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Como um dos destaques da nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, será a única instituição da América Latina capacitada a produzir circuitos integrados para aplicação em segmentos de telecomunicações, informática, serviços e entretenimento.

TRABALHO E EMPREGO

Além de implementar medidas destinadas à elevação da renda do trabalho, em especial a da política de ganhos reais do salário mínimo, o Governo tem adotado políticas públicas voltadas para a criação de emprego, recolocação, qualificação ou requalificação profissional para o mercado de trabalho.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) é um conjunto de linhas de crédito destinadas a financiar a abertura ou o crescimento de seu próprio negócio, tanto na área urbana quanto na área rural. O PROGER Urbano, o PROGER Rural e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) têm por objetivo gerar e manter emprego e renda para a população.

A reestruturação do PROGER, a partir de 2003, permitiu a ampliação do volume de recursos e do alcance das linhas de crédito operadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Essas linhas são voltadas prioritariamente para o financiamento do investimento e do capital de giro de micro e pequenos empreendimentos. Entre janeiro de 2003 e março de 2006, foram efetuadas 7 milhões de operações de crédito por meio de linhas disponibilizadas pelo PROGER¹, com desembolsos da ordem de R\$ 45,9 bilhões.

Em 2005, foi instituído o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), voltado fundamentalmente para microempreendimentos do setor informal, que apresentam maiores dificuldades de acesso a crédito. No período de janeiro de 2003 a junho de 2006, foram realizadas 2,4 milhões de operações de microcrédito produtivo orientado por bancos públicos, muitas por intermédio de Instituições de Microcrédito, totalizando um desembolso da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

O Programa Nacional de Qualificação (PNQ) foi criado em julho de 2003, em substituição ao Programa de Formação Profissional (PLANFOR), com o objetivo de promover a qualificação social e profissional com prioridade para as pessoas discriminadas no mercado de trabalho por questões de gênero, raça/etnia, faixa etária e/ou escolaridade. Desse modo, articulado às políticas de educação, desenvolvimento e inclusão social, o Programa busca fortalecer a probabilidade de acesso do trabalhador ao mercado e sua permanência nele.

O PNQ, juntamente com as demais políticas sociais, atendeu cerca de 618 mil trabalhadores, de 2003 a 2006, com recursos da ordem de R\$ 308,8 milhões.

¹ - PROGER Urbano, FAT Empreendedor Popular, PROGER Turismo, FAT Eletrodomésticos, FAT Eletrodomésticos, PROGER Exportação, PROGER Rural, PRONAF, PROEMPREGO, PROTRABALHO, PCPP, FAT Habitação, FAT Material de Construção, FAT Revitalização, FAT Fomentar, FAT Integrar, FAT Giro Rural, FAT Inclusão Digital, Infra-estrutura Econômica, Infra-Estrutura de Insumos Básicos, FAT Vila Panamericana, FAT Exportar e FINEP.

Além disso, o programa também estimulou o acesso de jovens, mulheres, afro-descendentes, indígenas e pessoas com déficit educacional ao mercado de trabalho nacional. Em 2007, o Programa pretende qualificar mais de 121 mil trabalhadores, prevendo-se para isso o valor de R\$ 85,0 milhões.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) tem como uma de suas principais atribuições a intermediação de mão-de-obra, que recebe as inscrições dos trabalhadores nos postos de atendimento, realiza a captação de vagas das empresas empregadoras e posteriormente encaminha os inscritos que possuam os requisitos exigidos pelos empregadores, o que possibilitou inserir cerca de 3 milhões de trabalhadores no mercado, no período de janeiro de 2003 a março de 2006.

Nos últimos anos, foi ampliado o número de postos de atendimento de orientação profissional e intermediação dos trabalhadores em busca de (re)inserção no mercado de trabalho. O SINE complementa também a ação das linhas de crédito do PROGER, disponibilizando aos empreendedores informações para a elaboração de seu plano de negócios, além de recursos humanos para o recrutamento e capacitação da mão-de-obra requerida em seu negócio. O SINE pretende recolocar no mercado de trabalho, em 2007, cerca de 950 mil trabalhadores, contribuindo dessa forma para a redução do desemprego.

No período de 2003 a julho de 2006, foram pagos 29,2 milhões de abonos salariais, no valor de um salário mínimo cada, aos trabalhadores que contribuem para o PIS/PASEP e recebem, em média, até dois salários mínimos. Os recursos pagos somam R\$ 1,9 bilhão, em 2003, R\$ 2,3 bilhões, em 2004, e R\$ 2,9 bilhões em 2005. Para 2007 estima-se atender 10,6 milhões de trabalhadores a um custo total de R\$ 3,8 bilhões.

O compromisso com a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil foi mantido com reforço dos instrumentos operacionais à disposição da fiscalização. A política de combate ao trabalho escravo no País foi impulsionada com a instituição do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e com a criação em 2003 da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Equipes especiais de fiscalização, coordenadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), contribuem com ações para a libertação de trabalhadores. Desde 2003, foram libertados 13,9 mil trabalhadores.

O trabalho de crianças, bem como de adolescentes com menos de 18 anos (salvo na condição de aprendiz), é combatido pelas Delegacias Regionais do Trabalho, que têm participação da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. Desde 2003 até junho de 2006, mais de 28 mil crianças e adolescentes foram retiradas do trabalho irregular.

AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro é responsável por 27% do PIB e gera mais de um terço dos empregos existentes no Brasil, dos quais 17,7 milhões no campo. Em termos de comércio internacional, atingiu uma posição de destaque graças à sua eficiência e competitividade. Na média dos últimos três anos, as exportações do agronegócio corresponderam a 39% do total das exportações brasileiras.

Entre 2003 e 2005, o valor anual das exportações do agronegócio saltou de US\$ 30,6 bilhões para US\$ 43,6 bilhões, o que corresponde a uma taxa de crescimento de mais de 42% (Tabela 2).

Tabela 2 – Balança comercial brasileira e do agronegócio

US\$ Milhões

Ano	Saldo		Exportação			Importação		
	Total	Agronegócio	Total	Agronegócio	Part. (%)	Total	Agronegócio	Part. (%)
2000	-753	14.811	55.086	20.610	37,4	55.839	5.799	10,4
2001	2.637	19.016	58.223	23.863	41,0	55.586	4.847	8,7
2002	13.140	20.347	60.362	24.839	41,2	47.222	4.492	9,5
2003	24.824	25.848	73.084	30.639	41,9	48.260	4.791	9,9
2004	33.693	34.135	96.475	39.016	40,4	62.782	4.881	7,8
2005	44.757	38.417	118.308	43.601	36,9	73.551	5.184	7,1
jan-jun 2005	19.654	17.720	53.677	20.201	37,6	34.023	2.481	7,3
jan-jun 2006	19.532	18.375	60.900	21.358	35,1	41.368	2.983	7,2

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Adicionalmente, a Tabela 3 mostra a evolução das exportações brasileiras dos principais produtos do agronegócio, evidenciando-se um crescimento de 45% no período de 2003 a 2005, com destaque para as exportações de carnes e açúcar, que praticamente dobraram, e do álcool, cujas exportações apresentaram incremento de 384%:

Tabela 3 – Exportações dos principais produtos do agronegócio

US\$ Milhões

Produto	2003	2004	2005	jan-mai 2006
Total	25.743	32.772	37.413	14.630
Complexo soja	8.125	10.048	9.477	3.474
Carnes	4.085	6.144	7.977	2.969
Açúcar	2.140	2.640	3.919	1.532
Celulose e Papel	2.831	2.909	3.405	1.578
Madeira e suas obras	2.081	3.044	3.031	1.206
Café	1.516	2.025	2.879	1.183
Fumo e tabaco	1.090	1.426	1.707	469
Produtos de couro	1.403	1.604	1.668	660
Couros	1.062	1.293	1.401	703
Sucos de fruta	1.250	1.141	1.185	581
Álcool	158	498	766	275

Fonte: Sistema Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE

Apesar do quadro geral positivo, deve-se registrar que a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas sofreu com os efeitos climáticos adversos, principalmente, nos anos de 2004 e 2005. A área plantada evoluiu de 43,3 milhões de hectares, em 2003, para 47,6 milhões, em 2005, enquanto que a produção no mesmo período diminuiu de 124,3 milhões de toneladas para 112,7 milhões de toneladas. Os fatores prejudiciais, para muitos produtos, foram a falta de chuva nas épocas devidas e o excesso de chuva na fase da colheita. No caso da soja, além da questão climática, o avanço da ferrugem asiática nas plantações contribuiu para o menor desempenho.

De outro lado, houve o incremento na produção de cana-de-açúcar, sustentado por preços favoráveis de seus derivados em função da demanda crescente, tanto no mercado interno quanto no externo, por energia renovável não poluidora. Esse contexto está contribuindo para investimentos acelerados no setor sucroalcooleiro, com implantação de dezenas de novas unidades produtivas e também com expansão da capacidade das empresas já instaladas.

Como forma de planejar as atividades concernentes à agropecuária, haverá a realização do Censo Agropecuário, com valor previsto de R\$ 191,5 milhões para 2007, que atualizará as informações sobre esse setor, sobre a realidade econômica, social, demográfica e ambiental.

O Censo Agropecuário será o principal e mais completo levantamento sobre a estrutura produtiva do setor primário brasileiro. Seus resultados subsidiarão os estudos, análises e projeções sobre o setor agropecuário e gerarão informações para auxiliar os diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal) na elaboração e acompanhamento de políticas públicas, aperfeiçoando cada vez mais o processo de alocação de recursos públicos.

O APOIO GOVERNAMENTAL

Em apoio ao setor agropecuário, o Governo vem ampliando o crédito para operações de custeio, comercialização e investimento. Ao longo dos últimos anos, os recursos aplicados no financiamento das safras têm sido crescentes, alcançando R\$ 39,7 bilhões, em 2003-2004, e R\$ 47,5 bilhões em 2004-2005. Para a safra 2005-2006, foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 53,3 bilhões, sendo R\$ 44,3 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 9,0 bilhões para a agricultura familiar. Desse total, já foram apuradas as aplicações de cerca de R\$ 50,6 bilhões. Para a safra 2006-2007, serão disponibilizados recursos da ordem de R\$ 60,0 bilhões, sendo R\$ 50,0 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 10,0 bilhões para a agricultura familiar.

Destaca-se que o Governo Federal tem implementado prontamente as medidas necessárias para solucionar os problemas da agricultura na conjuntura recente, particularmente aqueles decorrentes da seca no Sul e das oscilações de preço de alguns produtos.

No decorrer da safra 2005-2006, foi adotada uma série de medidas de apoio emergencial à agropecuária, com ênfase na comercialização da safra e na prorrogação das dívidas dos produtores, com destaque para as seguintes ações:

- a) apoio direto à comercialização, disponibilizando recursos adicionais da ordem de R\$ 1,5 bilhão, os quais, adicionados aos R\$ 650,0 milhões programados inicialmente, elevaram as disponibilidades para a realização de operações da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM);
- b) refinanciamento de parcelas de empréstimos vencidas em 2005 e vencidas e/ou vincendas em 2006, com recursos das exigibilidades bancárias (MCR 6-2), de operações de securitização, do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), envolvendo recursos da ordem de R\$ 650,0 milhões; e
- c) criação de linha de capital de giro com recursos do FAT-BNDES e ampliação da linha de crédito FAT-GIRO RURAL.

Paralelamente ao apoio aos produtores em decorrência dos efeitos climáticos adversos, a Lei nº 11.076, de 2004, instituiu as bases de um sistema privado de financiamento do agronegócio complementar ao Sistema Nacional de Crédito Rural, tendo como beneficiários os produtores rurais e suas cooperativas. Entre os instrumentos criados, destacam-se o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). Esses títulos já movimentaram, até agosto de 2006, mais de R\$ 1,5 bilhão, com destaque para o CDA, emitido simultaneamente com o *Warrant* Agropecuário, que registrou negócios de mais de R\$ 1,2 bilhão.

Os novos instrumentos de apoio do Governo à comercialização e garantia de preços mínimos dos produtos, como o Prêmio de Equalização para o Produtor (PEPRO) e o Prêmio de Equalização para o Produtor de Soja (PESoja), permitem uma melhor racionalidade do uso dos recursos públicos e a comercialização de um volume maior de produtos, a um menor custo.

A Lei nº 11.076, de 2004, autorizou, também, a concessão de subvenção econômica pelo Governo Federal aos contratos de opção de venda de produto agrícola lançados pelo setor privado, em benefício de produtores rurais e suas cooperativas.

Desse modo, é definido em leilão público, o Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP), que é a subvenção a ser paga à empresa na data estipulada caso o produtor exerça o direito de entrega do produto. Esse novo instrumento demanda menor volume de recursos do que o tradicional lançamento de opções públicas ou a compra direta de produtos pelo Governo por meio da Aquisição do Governo Federal (AGF), tornando a política de sustentação de preços mais eficiente. O sucesso do PROP já foi comprovado em 2005, tendo amparado mais de 15% da safra de algodão do País, entre outros produtos.

Ao par da atuação governamental no sentido de induzir o setor privado a garantir preços competitivos e a comercialização dos produtos, em casos especiais de dificuldade de comercialização de alguns produtos conjugada com a estratégia de formação de estoques públicos, há intervenção direta mediante as AGF's, que contarão, com recursos da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

Com o objetivo de reduzir o risco do agronegócio e desenvolver o mercado de seguro rural, foi instituída a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, por meio da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003. Na safra 2005-2006, o Tesouro Nacional disponibilizou recursos para subsidiar entre 30% e 40% do valor do prêmio de seguro contratado pelos agricultores, para as seguintes culturas: algodão, arroz irrigado, feijão, milho, soja, trigo, maçã e uva. Para 2007, estão previstos recursos da ordem de R\$ 45,0 milhões.

Outra medida que deverá fortalecer o seguro rural é a abertura do mercado de resseguros. Além disso, foram iniciados estudos para alterar o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, de modo a transformá-lo em um fundo de amparo a catástrofes.

Além desses mecanismos privados incentivados ou subsidiados, o Governo promove, diretamente, outros instrumentos para desenvolver o agronegócio brasileiro. No período de 2003 a 2005, os gastos com investimento e custeio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento atingiram uma execução média de R\$ 745,0 milhões por ano. Para 2007, essas despesas somam R\$ 947,9 milhões.

Com esses recursos disponíveis, o Governo Federal tem empreendido esforços nas áreas de pesquisa, defesa agropecuária, qualidade de alimentos e bebidas, armazenagem, meteorologia e zoneamento agrícola.

A pesquisa agropecuária investiu em tecnologia para grãos em todo o País, particularmente, na região do cerrado, bem como em tecnologia para a pecuária. No sentido de modernizar e aperfeiçoar as pesquisas e a difusão de tecnologias em agropecuária, o volume de recursos executados nas ações dessa natureza cresceu 51% entre 2003 e 2005, passando de R\$ 97,3 milhões para mais de R\$ 147,2 milhões. Para avançar nesse processo, em 2006, disponibilizou-se dotação de R\$ 194,3 milhões e, em 2007, estão previstos recursos da ordem de R\$ 194,4 milhões.

Merece destaque a busca por alternativas para o suprimento das necessidades energéticas da sociedade moderna, hoje calcadas sobre o petróleo. Nesse contexto, estão previstos para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), R\$ 36,0 milhões para viabilizar 104 novas pesquisas em agroenergia.

O acirramento das barreiras fitozoossanitárias por parte dos países importadores demonstra que há um longo caminho a percorrer para a abertura desses mercados aos produtos brasileiros. Nesse sentido, a atuação federal de coordenação do sistema nacional de defesa agropecuária, que envolve apoio às ações estaduais de vigilância,

controle e erradicação de diversas doenças e pragas que afetam a agropecuária, em especial, para a erradicação da febre aftosa vem se intensificando desde 2003. Para 2007, estão previstos recursos da ordem de R\$ 100,7 milhões.

Outro tipo de barreira comercial imposta pelos países importadores refere-se à qualidade e ao nível de resíduos contidos nos produtos. Para transpor essas dificuldades, está previsto o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade e sanidade e ações de fiscalização para coibir a oferta de alimentos fora dos padrões de conformidade, além da modernização da rede federal de laboratórios de análise. Para 2007, serão aportados R\$ 80,4 milhões para esse finalidade, com crescimento de 145% em relação à dotação de 2006.

Em relação ao segmento armazenagem, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que, no início de 2003, contava com apenas 42 unidades armazenadoras, passou para 88 unidades em 2006. No início de 2003, os estoques públicos somavam menos de 300 mil toneladas enquanto que, em julho de 2006, os estoques totalizam 4 milhões de toneladas de produtos agropecuários, principalmente de milho e arroz. Logo, a previsão de recursos para 2007 alcança R\$ 82,7 milhões para manutenção, guarda, conservação e gestão dos estoques públicos, bem como para estudos de levantamentos de safras e apoio e orientação a pequenos varejistas.

AGRICULTURA FAMILIAR

O Governo está consolidando um conjunto de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores rurais. Essas políticas, integradas e permanentes, estão criando o novo padrão de desenvolvimento sustentável do meio rural, com inclusão social e econômica de milhares de pessoas.

O apoio a esses segmentos conta hoje com um conjunto de ações que estão melhorando a vida dos pequenos produtores do campo: crédito, assistência técnica, seguro agrícola, apoio à comercialização, apoio à agroindustrialização, além de medidas para contemplar a diversidade étnica, de gênero e para atender as especificidades regionais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que concentra a maior parte dessas ações em favor do campo, conta, para 2007, com recursos da ordem de R\$ 147,0 milhões para aplicação direta.

Nos últimos anos houve um envolvimento significativo das instituições financeiras nas linhas de crédito para a agricultura familiar. O Banco do Brasil, por exemplo, é o principal operador do PRONAF, todavia as aplicações feitas por outros bancos públicos ampliaram expressivamente, como é caso do Banco do Nordeste, com crescimento superior a 100%, e do Banco da Amazônia, com mais de 500% de aumento nas aplicações. Além desses, outros agentes financeiros também participam do PRONAF, como as cooperativas de crédito (Bansicredi, Bancoob, sistema Crenor e Cresol) e o BNDES.

O número de contratos realizados pelo PRONAF cresceu significativamente, de cerca de 900 mil famílias na safra 2002-2003, para 1,6 milhão em 2004/2005. A expectativa para a safra 2005-2006 é de 1,8 milhão de contratos e para 2006-2007 é de 2,0 milhões.

Na Tabela 4 pode-se observar que na safra 2003-2004 houve um aumento considerável de recursos aplicados quando comparado aos planos safras anteriores. Na safra 2005-2006, a expectativa é que os recursos aplicados ultrapassem R\$ 7,0 bilhões. Para o Plano Safra 2006-2007, estão previstos R\$ 10,0 bilhões em crédito aos agricultores familiares e assentados, o que permitirá atingir a meta prevista de 2,0 milhões de contratos no PRONAF:

Tabela 4 – Planos Safra da Agricultura Familiar

Plano Safra	Contratos Realizados	Recursos Aplicados
1999/2000	927.609	R\$ 2,2 bilhões
2000/2001	893.112	R\$ 2,2 bilhões
2001/2002	932.927	R\$ 2,2 bilhões
2002/2003	904.214	R\$ 2,4 bilhões
2003/2004	1.390.168	R\$ 4,5 bilhões
2004/2005	1.631.796	R\$ 6,1 bilhões
2005/2006	1.800.000*	R\$ 7,0 bilhões**
2006/2007***	2.000.000	R\$ 10,0 bilhões

Fonte: MDA

* Execução até julho de 2006

** Expectativa no ano agrícola

*** Previsão

A ampliação do universo de agricultores familiares com acesso ao crédito, acompanhada por um conjunto de outras iniciativas, possibilitou a qualificação do processo produtivo e da própria aplicação dos recursos, a garantia da renda a estes produtores e o abastecimento alimentar.

Entre essas outras iniciativas, destacam-se as ações do Governo destinadas à reorganização do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desativado no início dos anos 90, o qual objetiva oferecer novas possibilidades de desenvolvimento para as comunidades rurais por meio do acesso ao conhecimento e a tecnologias apropriadas. Essa ação ocorre de forma integrada entre o Governo Federal, governos estaduais e prefeituras, com a participação de cooperativas e outras organizações não-governamentais. Com essa parceria, até o final de 2005, os serviços do ATER foram disponibilizados a mais de 1,8 milhão de unidades familiares rurais, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 237,0 milhões.

O Seguro da Agricultura Familiar (PROAGRO MAIS), que garante 100% do valor financiado, foi criado em 2004 e sua adesão ocorre por ocasião da contratação de crédito do PRONAF. No primeiro ano do Seguro (safra 2004-2005), aderiram 550 mil agricultores. Em função dos efeitos da seca que atingiu a Região Sul, especialmente, o Rio Grande do Sul, o programa está beneficiando cerca de 220 mil famílias, com o pagamento de indenizações nas safras 2004-2005 e 2005-2006 de cerca de R\$ 1,2 bilhão.

A comercialização é outra iniciativa que merece destaque, contando com uma linha especial no PRONAF, cujos recursos, em 2006, perfazem o montante de R\$ 600,0 milhões, com juros de 4,5% ao ano. Nesse sentido, a partir de 2006, foram incluídos recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cuja finalidade, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é fomentar a comercialização de produtos da agricultura familiar, formando um *funding* que permite novas compras de alimentos dos agricultores familiares. Para 2007, a previsão é de R\$ 61,7 milhões nesse segmento.

É oportuno lembrar que o PAA é parte integrante do Programa Fome Zero, criado em 2003 com o objetivo de promover, a partir do abastecimento pela agricultura familiar, o acesso à alimentação de populações em situação de risco alimentar, para os quais foram destinados, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, recursos da ordem de R\$ 276,4 milhões.

REFORMA AGRÁRIA

Cumprindo os compromissos assumidos no II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), está sendo implementado um programa de reforma agrária integral, que reconhece as especificidades de cada público e de cada região. Esse novo modelo está focado na viabilidade econômica, na segurança alimentar, na sustentabilidade ambiental e na integração ao desenvolvimento territorial.

As medidas adotadas pelo Governo têm melhorado a qualidade dos assentamentos rurais, tais como a disponibilização de infra-estrutura adequada, incluindo a implantação de estradas, energia elétrica, bem como propiciado o acesso a direitos sociais e o apoio à produção e comercialização.

De acordo com dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2003, foram assentadas 36,3 mil famílias, em 2004, 81,2 mil famílias e, em 2005, chegou a 127,5 mil famílias, totalizando nesses três anos 245,0 mil famílias beneficiadas com a reforma agrária. Para 2006, a expectativa é alcançar a meta constante do II PNRA de assentamento de 400 mil famílias no período de quatro anos.

Objetivando a continuidade desse processo, estão previstos recursos da ordem de R\$ 3.228,4 milhões que possibilitarão beneficiar 115 mil famílias por meio da implantação de novos assentamentos rurais, 31,7 mil famílias mediante a recuperação e estruturação de assentamentos implantados até 2002, e financiar a aquisição de terras para cerca de 27,2 mil famílias.

Para a desapropriação de terras com fins de reforma agrária, os recursos para 2007 alcançam R\$ 937,9 milhões. Além da parcela de terra, o assentado tem direito a infra-estrutura básica (estradas vicinais, saneamento básico e eletrificação), assistência técnica, créditos para instalação e produção e acesso a programa de educação, entre outros itens. Essas ações servem de forte estímulo ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população do entorno desses projetos.

Nesse sentido, os assentamentos criados a partir de 2003 contarão, em 2007, com recursos da ordem de R\$ 240,9 milhões, a serem destinados, entre outras ações, para a construção ou complementação de estradas vicinais, a implantação de sistemas de abastecimento de água, a construção de redes de eletrificação rural e a prestação de assistência técnica.

Também estão previstos para o próximo ano R\$ 763,1 milhões para a concessão de crédito-instalação aos assentados nos projetos criados a partir de 2003. Para a recuperação e qualificação de assentamentos implantados antes de 2002, estão previstos R\$ 237,5 milhões para infra-estrutura, práticas ambientais e assistência técnica produtiva, bem como R\$ 241,0 milhões na forma de crédito-instalação para a complementação

de moradias ou auxílio-instalação de novas famílias alocadas em lotes vagos nesses assentamentos. Destaca-se que o crédito-instalação para apoio às famílias assentadas, além do item habitação, contempla a construção de cisternas no semi-árido, a aquisição de insumos e pequenos equipamentos para os trabalhos e a manutenção das famílias até a primeira colheita.

Outros mecanismos de financiamento amparados pelo (PRONAF) foram criados, ampliados ou estendidos aos assentados, a saber: uma linha de crédito especial de até R\$ 6,0 mil específica para as famílias assentadas em projetos em recuperação; as mulheres assentadas passaram a ter direito a uma operação de microcrédito rural, no PRONAF B, destinada a atividades produtivas; o limite de financiamento do PRONAF A (destinada para investimentos) foi alterado de R\$ 15,0 mil para R\$ 18,0 mil; e, o total de operações de empréstimos de custeio do grupo A/C do PRONAF por família assentada aumentou de uma para três.

De forma complementar ao mecanismo tradicional de reforma agrária, de obtenção de terra não produtiva mediante desapropriação, o Programa de Crédito Fundiário concede financiamento aos trabalhadores rurais para a aquisição de terras. São linhas de crédito para a compra de imóvel e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva de áreas que não podem ser desapropriadas para a reforma agrária. A partir de 2003, o Programa beneficiou com acesso à terra 22 mil famílias e, para 2007, o Programa contará com R\$ 427,2 milhões. Outros R\$ 114,7 milhões serão disponibilizados para a estruturação das unidades produtivas financiadas pelo Fundo de Terras.

No tocante à alfabetização e escolarização da população assentada, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) já atendeu 150 mil pessoas e os recursos aplicados passaram de cerca de R\$ 10,0 milhões, em 2003, para R\$ 34,7 milhões, em 2005. Objetivando fortalecer essa iniciativa e buscando ampliar o alcance do Programa, em 2006, foram disponibilizados R\$ 43,2 milhões e, para 2007, foram previstos R\$ 47,5 milhões.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No decorrer dos últimos três anos, o Governo Federal concentrou esforços na elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que introduziu profundas alterações quanto à forma de implementação das ações mitigadoras das desigualdades regionais. De um padrão de intervenção fragmentado de orientação programática, evoluiu-se para a retomada do planejamento estratégico com base em um modelo fundamentado nos conceitos do planejamento territorial e desenvolvimento sustentável.

A PNDR instituiu mecanismos e instrumentos de definição e de estabelecimento de políticas públicas, com ênfase na articulação do Poder Executivo com o Poder Legislativo, e os Estados, os Municípios e a Sociedade Civil, no fortalecimento da integração, na racionalização de ações e no incentivo à participação social nas decisões, na implementação e no controle das ações regionais.

Nessa perspectiva, as principais ações da nova Política estão sendo postas em prática mediante a execução de expressivos investimentos em desenvolvimento sub-regional e infra-estrutura. Os primeiros priorizam espaços mesoregionais de baixo dinamismo e renda, por meio da organização dos atores socioeconômicos, da capacitação local, do apoio ao associativismo e cooperativismo e, principalmente, da viabilização de potenciais atividades produtivas.

O esforço para a implantação das iniciativas voltadas ao desenvolvimento sub-regional prosseguirá em 2007 por meio dos programas Promeso – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais; Promover – Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões; Produzir – Organização Produtiva de Comunidades; e Conviver – Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido, cujos recursos programados alcançam o valor de R\$ 46,1 milhões.

O objetivo comum desses programas é a articulação das ações de instituições federais, estaduais e locais na implementação das políticas de desenvolvimento sub-regional e de ordenamento territorial, a fim de buscar a redução das desigualdades e promover a ativação dos potenciais da rica diversidade social, econômica e ambiental do território.

Há de se destacar, ainda, a conjugação daquelas iniciativas a outras estratégias de longo prazo, com vistas à redução das desigualdades das Regiões Norte e Nordeste e do desenvolvimento do Centro-Oeste. Cite-se, por exemplo, a conclusão do documento-base do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e a proposta de recriação das Superintendências de Desenvolvimento Regional da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste, respectivamente, Sudam, Sudeco e Sudene, destinada a assegurar um suporte institucional mais amplo nessas regiões.

Por seu turno, as citadas regiões contam com os recursos a elas especificamente destinados provenientes dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o Centro-Oeste (FCO), para o Nordeste (FNE) e o Norte (FNO), para incentivar a implantação de projetos de atividades produtivas, com tratamento preferencial para mini e pequenos produtores rurais e para micro e pequenas empresas. O aporte de recursos do Governo Federal nesses fundos evoluiu de R\$ 3,0 bilhões, em 2003, para R\$ 5,2 bilhões estimados para 2007, apresentando no período um crescimento de 73%.

Além dos Fundos Constitucionais, as Regiões da Amazônia e do Nordeste são atendidas com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e com o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), para o financiamento de projetos de interesse para o desenvolvimento dessas regiões, para os quais foram destinados R\$ 0,8 bilhão e R\$ 1,1 bilhão, respectivamente, em 2007.

No que se refere à infra-estrutura, as ações obedecem a uma lógica articulada com estratégias de desenvolvimento sub-regional, a exemplo das obras da Ferrovia Transnordestina, iniciadas no primeiro semestre de 2006. Sua conclusão contribuirá para integrar definitivamente o Sistema Ferroviário do Nordeste com os modais rodoviário, hidroviário e com o complexo portuário local. Foram definidos seus dois ramais nos trechos entre Eliseu Martins, no Estado do Piauí, e Pecém, no Estado do Ceará, e Eliseu Martins e Suape, esse último no Estado Pernambuco, bem como a modelagem econômico-financeira do empreendimento, com uma combinação de recursos de investidores privados, de Fundos de Pensão, do BNDES e do FDNE.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163, nova concepção do tratamento do desenvolvimento econômico do País vinculado à questão ambiental, apresenta um novo modelo de gestão ao envolver a participação de diversos Ministérios, em especial, o da Integração Nacional e o do Meio Ambiente, com vistas ao desenvolvimento na área de influência dessa rodovia, articulando a sua recuperação com a exploração racional e sustentável dos recursos naturais da região.

Para tanto, busca-se a identificação da natureza e da dimensão das múltiplas intervenções públicas, somadas às atividades decorrentes das empresas privadas e seus respectivos impactos socioeconômicos e ambientais. Esse projeto atende e beneficia a população residente nos 67 Municípios que compõem a área de influência do Plano e que, segundo o Censo Demográfico de 2000, somava 1,7 milhão de habitantes.

No que se refere à infra-estrutura hídrica, importantes avanços foram obtidos mediante o aprimoramento de critérios técnicos empregados na celebração de convênios que priorizam a conclusão das obras em andamento, não se autorizando novas iniciativas antes que os investimentos realizados no passado possam gerar resultados para a sociedade, o que permite ganhos de eficiência e racionalização dos recursos públicos.

Nos últimos três anos, destaca-se a continuidade de 42 grandes obras, correspondentes a 2 mil km de sistemas adutores, em associação a projetos de

desenvolvimento econômico local integrado e sustentável, beneficiando cerca de 170 municípios e uma população estimada em 3,3 milhões de pessoas.

À infra-estrutura hídrica serão alocados no exercício de 2007, mediante os Programas Proágua Infra-Estrutura e Conviver, R\$ 265,9 milhões para a construção de barragens, instalação de adutoras e implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água e implantação de 220 poços de água subterrânea.

Na área de irrigação, cabe destacar os esforços do Governo Federal com o



Foto extraída da Revista CODEVASF/MI – Perímetro de Irrigação.

propósito de estabelecer uma relação complementar de ações do setor público com o privado, com vistas a incrementar a produção das localidades selecionadas e a geração de renda. Nesse sentido, estão estimados R\$ 148,9 milhões na implantação e operação de 47 projetos públicos de irrigação em 2007.

Na área de irrigação, cabe destacar os esforços do Governo Federal com o propósito de estabelecer uma relação complementar de ações do setor público com o privado, com vistas a incrementar a produção das localidades selecionadas e a geração de renda. Nesse sentido, estão estimados R\$ 148,9 milhões na implantação e operação de 47 projetos públicos de irrigação em 2007.

Além disso, 73 perímetros, com área irrigável de 250,6 mil hectares, foram avaliados, em parceria com Estados e organizações da sociedade civil, para a transferência da sua gestão aos irrigantes e à iniciativa privada. Em 2005, recursos da ordem de R\$ 50,0 milhões possibilitaram, entre outros avanços, a transferência de três sistemas. Ao longo de 2006, está prevista a transferência de outros três sistemas, com recursos da ordem de R\$ 56,5 milhões. Para 2007, serão disponibilizados R\$ 53,9 milhões a fim de concluir os serviços de instalações e recuperações dos equipamentos existentes em 18 sistemas, abrangendo uma área irrigável de 116,5 mil hectares, para o seu funcionamento auto-sustentável.

Estão sendo empreendidos esforços para acelerar o programa de transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação mediante a operacionalização das Parceria Público-Privadas (PPP). Entre outros projetos em estudo, em 2007, está prevista a transferência da gestão dos perímetros de irrigação de Pontal, no Estado de Pernambuco, e Baixio de Irecê, no Estado da Bahia, ambos no semi-árido brasileiro, com recursos estimados em R\$ 14,0 milhões.

Merece destaque o conjunto de ações de desenvolvimento sustentável na Bacia do São Francisco, cujo principal objetivo é contribuir para a sustentabilidade hídrica do semi-árido nordestino e reduzir a vulnerabilidade das economias regionais, face ao fenômeno recorrente das secas, e as desigualdades sociais no âmbito regional. Na integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, cabe destacar a conclusão do estudo de sustentabilidade hídrica do projeto, a expedição de outorga pela Agência Nacional de Águas quanto à vazão da água e do licenciamento ambiental pelo IBAMA.

Além disso, estão em execução importantes obras de infra-estrutura hídrica, como o complexo Castanhão para atendimento da região metropolitana de Fortaleza, no Estado do Ceará, e a continuidade da construção da adutora do Oeste, que permitirá o atendimento a todas as comunidades situadas ao longo dos 721 km de seu traçado, no Estado de Pernambuco.

O amplo programa de revitalização dessa Bacia, por sua vez, prossegue em 2007 com recursos programados de R\$ 101,1 milhões, para o desenvolvimento de ações de controle dos processos erosivos para evitar o assoreamento do leito do rio e de seus afluentes; de reflorestamento e recuperação das matas ciliares; de execução de obras para tratamento de água e esgoto, de forma a diminuir o nível de emissão de cargas poluidoras; e de monitoramento de controle de qualidade da água.

MEIO AMBIENTE

O enfoque dado ao meio ambiente sofreu alterações fundamentais nos últimos três anos, tendo a atuação governamental evoluído para o fortalecimento do desenvolvimento integrado sustentável, buscando inserir a dimensão ambiental em todas as áreas da política pública, incentivando a participação social e a inserção de todos os agentes econômicos no processo.

Entre as várias iniciativas adotadas pelo Governo Federal, ressalta-se a atuação incisiva na Amazônia, região atingida por graves problemas, muitos deles com conseqüências globais, mediante a implantação do Plano Nacional de Florestas (PNF), iniciado em 2003, o qual visa propiciar a expansão da base florestal plantada como forma de diminuir a pressão exploratória sobre as florestas naturais. O Plano busca incrementar a utilização de manejo sustentável nas florestas naturais, associado à recuperação de áreas degradadas em pequenas e médias propriedades rurais, mantendo preservadas algumas áreas de alto valor para conservação.

No campo do desenvolvimento institucional e legal, foi sancionada a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que regulamentou a exploração de forma sustentável das florestas públicas brasileiras, marco legal que permitirá a conjugação do desenvolvimento econômico de enorme região com a preservação das florestas, por meio da criação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Esse Serviço tem a finalidade de gerir as florestas públicas brasileiras por meio de concessões para exploração dos recursos florestais de modo sustentável, de forma a propiciar o atendimento da elevada demanda existente por produtos da floresta aliado ao processo de preservação.

Em 2007, a atuação governamental concentrar-se-á na busca de melhoria dos resultados alcançados até o momento. A área florestal continuará no centro da estratégia, com a manutenção das ações desenvolvidas, entre elas o apoio a 8 mil pequenos agricultores em regiões de floresta, e, principalmente, o início das atividades do SFB, o qual prevê a criação de 3 Distritos Florestais e a concessão de 1 milhão de hectares de floresta para exploração sustentável.

Paralelamente, como forma de complementar as possíveis soluções para os problemas identificados, foi criado em 2004 o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, cujo objetivo é diminuir as altas taxas de desmatamento anuais verificadas na região amazônica, respeitando os fatores econômicos e sociais locais.

Esse Plano, utilizando-se de uma estratégia de ação integrada de vários agentes governamentais, principalmente o IBAMA, o Ministério do Trabalho, as Polícias

Federal e Rodoviária Federal e o Exército Brasileiro, desenvolvem ações de fiscalização na região conhecida como Arco do Desmatamento, a qual se estende por vasta área compreendida entre os Estados do Maranhão, do Tocantins, do Pará, de Mato Grosso, de Rondônia, do Amazonas e do Acre.

As ações de fiscalização estão sendo complementadas, ainda, pela criação de 17 Unidades de Conservação Federais na região, totalizando 8,4 milhões de hectares. Como resultado, o desmatamento anual nos nove Estados da Amazônia caiu 31% no período de 2004 a 2005, passando de 27,2 mil km² para 18,9 mil km², segundo acompanhamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Para o exercício de 2007, estima-se que as ações de combate ao desmatamento e às queimadas e as de fiscalização possibilitarão a inspeção de mais de 3 mil propriedades, com acompanhamento de 2,9 milhões de hectares, e serão conduzidas buscando a redução contínua dos índices de desflorestamento observados.

Os recursos hídricos receberam atenção especial, com a implementação, a partir de 2005, do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Dentro da sua estratégia, pela importância da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, são desenvolvidos inúmeros projetos para sua revitalização, preservação de nascentes, recuperação e reflorestamento de margens, despoluição e instalação de saneamento básico em cidades ribeirinhas, visando recuperar a pujança do rio do qual depende parcela da população brasileira.

Como forma de preservação da enorme biodiversidade brasileira, foi iniciado em 2004 o projeto de implantação de corredores ecológicos nos diferentes biomas brasileiros. Do início do projeto até o momento, dois corredores se desenvolveram de forma piloto, o “Central da Amazônia”, ocupando uma área de mais de 52 milhões de hectares e ligando 53 Unidades de Conservação, e o da “Mata Atlântica”, compreendendo o sul do Estado da Bahia e a totalidade do Estado do Espírito Santo, incluindo áreas marinhas até o limite da plataforma continental. Em 2007, será dada continuidade à implantação desses dois corredores ecológicos.

TURISMO

O Ministério do Turismo, criado em janeiro de 2003, tem priorizado as ações voltadas para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, levando-se em conta seus impactos positivos na geração de divisas, criação de emprego e renda, desenvolvimento regional e local, preservação do meio ambiente e valorização da diversidade cultural e étnica do País.

No mesmo ano de sua criação, foi lançado o Plano Nacional de Turismo, por intermédio do qual definiu-se um conjunto de metas para o período de 2003 a 2007. Essas metas, que orientaram a ação governamental ao longo dos últimos anos, foram concebidas a partir de um novo modelo de gestão, fundamentado na descentralização de iniciativas pelas esferas de governo e na ampla participação da sociedade na sua definição e execução.

O Conselho Nacional do Turismo foi ampliado, contando atualmente com a participação de mais de 60 representantes do setor público e da sociedade civil. Além da valorização do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, foram instalados 26 Fóruns de Turismo (para os Estados da Federação e Distrito Federal) com o objetivo de descentralizar as ações públicas no desenvolvimento do setor. O novo modelo de gestão contemplou também o direcionamento da atuação do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) para o mercado externo.

O volume de recursos orçamentários alocados para a área tem alcançado recordes históricos. A execução orçamentária do Ministério do Turismo, em ações e projetos de apoio ao setor, atingiu quase R\$ 1,3 bilhão no triênio 2003-2005, sendo R\$ 740,0 milhões, apenas no ano de 2005.

Na aplicação dos recursos, as ações destinadas à promoção, *marketing* e apoio à comercialização de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros têm merecido prioridade, por intermédio do Plano Aquarela (captação de turistas no exterior) e Plano Cores do Brasil (turismo interno). Apenas nas atividades de promoção do destino do Brasil no exterior foram aplicados mais de R\$ 321,0 milhões entre 2003 e 2005.

Estima-se, ainda, que no mesmo período foram mobilizados recursos no valor de R\$ 4,5 bilhões para financiamento das atividades do setor por intermédio de instrumentos públicos, como o FAT e os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, geridos pelos bancos oficiais.

A EMBRATUR foi estruturada para atuar fortemente no exterior, com a implantação de oito Escritórios Brasileiros de Turismo (EBT), localizados nos principais mercados emissores de turistas para o Brasil, que desempenham funções de postos avançados de promoção e divulgação do Brasil, particularmente dos produtos turísticos.

O Governo promoveu também desoneração tributária voltada para incentivar o turismo brasileiro no exterior, por intermédio do Decreto nº 5.533, de 6 de setembro de 2005, que reduziu a zero a alíquota do Imposto sobre a Renda nas remessas para o exterior relacionadas com o pagamento de diversas despesas voltadas para a atividade turística.

Os resultados já alcançados no setor são muito expressivos. Os desembarques internacionais no País estão evoluindo de forma importante – 26% entre 2003 e 2005 – permitindo que a atividade turística no Brasil cresça acima da média mundial. Como consequência, a receita de divisas no item viagens internacionais do Balanço de Pagamentos está crescendo significativamente, cerca de 60% entre 2003 e 2005.

Vale registrar a elevação no fluxo do turismo doméstico, como sinaliza o indicador do número de desembarques domésticos, com destaque para os chamados vôos *charters*, que são relacionados diretamente com a atividade turística e que apresentaram recorde histórico. De janeiro a dezembro de 2005, foram realizados 3,1 milhões de desembarques nacionais, número esse 43% superior a 2003. Dados demonstrativos do crescimento do setor turístico no País podem ser melhor visualizados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Indicadores do crescimento da atividade turística no Brasil

Discriminação		2003	2004	2005	Var % 2005/2003
Desembarques Domésticos (milhões de passageiros)		30,7	36,6	43,1	40,4
Desembarques Internacionais (milhões de passageiros)		5,4	6,1	6,8	25,9
Viagens Internacionais – receita (US\$ bilhões)		2,5	3,2	3,9	56,0
Entrada de turistas internacionais (milhões)		4,1	4,8	5,4	31,7
Empregos formais no setor (milhares)		1.725	1.826	1.914	11,0

Fonte: MTur

Diante desse cenário de crescimento, surge uma maior necessidade de aporte em infra-estrutura para o setor. O Governo, então, tem dado ênfase no desenvolvimento de obras de sinalização turística, recuperação do patrimônio histórico, melhoria de trechos ferroviários, implantação de centros de informações turísticas, entre outras, inclusive via investimentos nos Programas de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). No período de 2003 a 2005, esses investimentos alcançaram cerca de R\$ 630,0 milhões.

Ainda nesse foco, o Ministério do Turismo, destinou, em 2006, recursos no valor de R\$ 350,0 milhões para a melhoria da infra-estrutura aeroportuária no País. Esses investimentos terão continuidade para 2007 mediante aportes equivalentes aos de 2006,

visando um aumento do conforto e da segurança dos aeroportos de Brasília, Congonhas, Goiânia, Guarulhos, Macapá, Salvador, Santos Dumont e Vitória.

Para 2007, as principais metas para o setor de Turismo são as seguintes: a) atingir 51,7 milhões de passageiros em desembarques domésticos; b) auferir US\$ 6,4 bilhões de divisas com viagens internacionais; c) atrair para o Brasil 8,4 milhões de turistas internacionais; e d) alcançar o número de 2,3 milhões de empregos formais no setor de turismo (cerca de 345 mil novos empregos em relação a 2005).

AQUICULTURA E PESCA

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) foi criada em 2003 com o propósito de incentivar a produção e o desenvolvimento sustentável, garantir a segurança alimentar e promover a inclusão social.

No período entre 2003 e 2006, o País passou a investir mais na sua riqueza potencial, fortalecendo cadeias produtivas da pesca e da aquicultura, mediante a promoção e o desenvolvimento da infra-estrutura, incremento tecnológico e a qualificação profissional.

Entre as iniciativas no setor, merece destaque o recadastramento da totalidade dos pescadores, cerca de 500 mil, com vistas a permitir o acesso a direitos como aposentadoria e auxílio-defeso.

Um importante instrumento de inserção do setor pesqueiro é o Programa de Modernização da Frota Pesqueira Oceânica (Profrota Pesqueira) criado em 2004, com a finalidade de financiar a substituição e/ou a modernização de embarcações pesqueiras, permitindo a sua operação na Zona Econômica Exclusiva e em águas internacionais.

Com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito, foram abertos importantes canais de acesso para o pescador e o pequeno e médio aquicultor, tais como o (PRONAF), os Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

A subvenção ao óleo diesel, que era de 12%, passou para 20%, em 2003, além de incluir como beneficiário também o pescador artesanal e o setor industrial, possibilitando aumento da competitividade no mercado internacional e da rentabilidade dos pescadores. Cabe salientar, ainda, que atualmente 15% dessas embarcações são da pesca artesanal, quando em 2003 eram apenas 5%.

Outro benefício para o setor refere-se à redução das tarifas de energia elétrica para os produtores, prevista pela Lei nº 11.196, de 2005, uma vez que a energia representa um alto custo de produção, atingindo 40% do custo da atividade.

Os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura, direcionados para o cultivo de pescados em águas costeiras da União, prevêem a implementação de parques aquícolas marinhos, que permitirão a regularização de cerca de 1,2 mil maricultores e a geração de cerca de 6 mil empregos diretos.

As atividades de apoio ao setor de aquicultura e pesca, a cargo da SEAP, vem sendo contempladas com volumes crescentes de recursos orçamentários,

demonstrando a prioridade conferida ao segmento pelo Governo. Para 2007, a proposta orçamentária prevê R\$ 87,9 milhões, sendo R\$ 11,0 milhões destinados à equalização de taxa de juros em operações de financiamento no âmbito do Profrota Pesqueira.